

Políticas e gestão em análise

European Centre for Development
Policy Management

ecdpm

NO. 2 - JANEIRO 2011



Restabelecer a Confiança Desafios para as Relações ACP-UE em 2011

James Mackie, Henrike Klavert e Faten Aggad*

Esta publicação anual do ECDPM procura identificar os debates importantes esperados para o próximo ano e seguintes, delineando o contexto em que estes se desenrolarão. O objectivo não é prever resultados, mas sim situar os debates relativos à parceria ACP-UE para que o maior leque possível de actores os possa acompanhar e neles participar.

I. Introdução

As relações entre a União Europeia (UE) e os seus parceiros de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) estão num estado crítico. Os leitores habituais desta análise anual saberão que regularmente referimos que as relações ACP-UE atravessam um momento crucial e isto é particularmente verdade para este início de 2011. Relativamente a anos anteriores, não há avanços evidentes e é difícil identificar sinais de optimismo para o próximo ano. As negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE) estão bloqueadas. Não se perspectiva um diálogo real ou soluções para a questão das alterações climáticas e não emergiu qualquer agenda comum sólida sobre questões de governação. Os orçamentos da ajuda ao desenvolvimento estão em estagnação e a UE debate-se com os seus próprios problemas internos. A credibilidade da UE em muitos dos ACP nunca foi tão baixa e, na UE, muitos parecem ter perdido esperança no futuro da parceria com os ACP. Para além disso, nenhuma das partes parece reconhecer que não é possível continuar na mesma situação e que, face a esta inércia, são essenciais novas ideias. A falta de uma estratégia de resposta coerente e audaciosa é particularmente preocupante.

A primeira metade do período de implementação do Acordo de Parceria de Cotonou já passou. Faltam agora 10 anos até ao seu término. Se as relações não registarem melhorias haverá poucas razões para negociar um novo acordo em 2020. De onde poderão vir novas estratégias de resposta? O que é que poderá reavivar a necessária liderança política, dinamismo e criatividade em ambas as partes para ultrapassar o actual impasse?

Neste documento exploram-se vários “momentos de oportunidade” para revitalizar a cooperação entre a UE e os ACP e com África (enquanto entidade continental envolvida num processo de integração pan-africana). Cada uma destas “oportunidades” apresenta vários desafios que requerem respostas num futuro próximo.

Alterações institucionais em ambas as partes

A primeira oportunidade é de natureza institucional. Na UE, existe uma nova liderança política e está a ser criado o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE). O SEAE pretende fornecer à UE as ferramentas necessárias para que esta se torne

um actor mais coerente no plano externo. Em 2010, foram despendidos tempo e esforços consideráveis na criação e estabelecimento das bases de funcionamento do SEAE. A Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que foi nomeada no final de 2009, e a nova Comissão Europeia (CE), nomeada no início de 2010, dedicaram o ano a definir os detalhes práticos de como trabalharem em conjunto. No final de 2010, o Conselho e o Parlamento Europeu aprovaram as novas disposições. 2011 será pois o momento de colocar mãos à obra.

A UE não tem tempo a perder, já que precisa de apresentar propostas para reavivar o rumo das relações com os países em desenvolvimento numa fase pós-Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Na secção 4, são analisadas mais em pormenor as implicações do sistema pós-Tratado de Lisboa nas relações ACP-UE.

Nos Estados ACP, o novo Secretário Geral do Secretariado ACP, Mohamed Ibn Chambas, que tem experiência directa na liderança de um grupo regional (a CEDEAO), prometeu revitalizar os ACP. Já sob a sua liderança, o Comité de Embaixadores criou o Comité sobre o Futuro do Grupo

ACP para reflectir sobre os principais interesses e prioridades dos estados membros e regiões ACP face dos desafios que o Grupo enfrenta. Foi finalizado um novo plano estratégico dos ACP com cinco prioridades principais: (i) impulsionar as relações comerciais a nível internacional, (ii) promover o crescimento e o desenvolvimento sustentável, (iii) mobilizar recursos para o desenvolvimento, (iv) aprofundar o diálogo político e (v) promover a cooperação cultural.¹ Num discurso² ao Conselho de Ministros, o Secretário Geral sublinhou que o Grupo ACP não pode simplesmente continuar a fazer mais do mesmo, devendo concentrar-se em nichos de actuação com vantagens comparativas. A nova estratégia e esta determinação recente constituem uma boa base para que os ACP possam avançar e uma oportunidade para ir além da actuação habitual. Estas novas personalidades e configurações institucionais abrem perspectivas e criam momentos de oportunidade que, apesar de modestos, é crucial saber aproveitar.

O Grupo ACP, tal como a UE, precisa agora de uma liderança forte, apoiada por uma vontade e aceitação claras por parte dos governos e de outros actores de ambos estes grupos complexos de países para uma nova orientação e abordagem. Mas há que tomar decisões rapidamente para que haja um verdadeiro progresso. Prolongadas discussões internas relativas à melhor forma de organização e longos argumentos sobre planos e prioridades atrasariam e prejudicariam tal progresso.

Alteração de poderes no plano global

A segunda oportunidade deriva de grandes mudanças no contexto global da cooperação internacional, que continuarão a afectar a própria natureza da parceria ACP-UE.

A Europa perdeu grande parte da sua antiga influência em muitos países ACP. A China e as potências emergentes, como a Índia e o Brasil, são cada vez mais encaradas como parceiros de maior confiança ou, pelo menos, mais fáceis. A Europa está ainda a analisar como lidar com esta realidade, particularmente em África. Apesar das declarações em contrário, a UE tende a encarar³ África numa perspectiva puramente humanitária e de desenvolvimento, e não como um continente com um potencial enorme de crescimento e importância a nível global. Embora continue a ser o principal parceiro comercial do continente africano, dados recentes⁴ sugerem que a UE está gradualmente a perder influência e vantagens comerciais para outros actores globais, nomeadamente as potências emergentes. Para ser relevante, coerente e manter-se como (ou tornar a ser o) parceiro preferido de África e estar presente e ser pró-activa no plano global, a Europa precisa de rapidamente deixar para trás preocupações com as suas disposições internas e usar as novas estruturas políticas na prossecução desses objectivos.

É encorajador verificar que actores europeus notam o apreço dos africanos pela forma como algumas economias emergentes conduzem as suas relações externas. Isto originou mesmo algum debate na Europa, pondo em questão o modelo de desenvolvimento seguido pela UE.

Em África, a Europa já não é encarada como o principal parceiro externo do continente africano e existe a percepção de uma disparidade entre o discurso e a prática da UE. A retórica salienta a lógica de parceria e a ajuda, mas as acções não correspondem, revelando outras tendências. A Europa continua a ser importante em muitos sentidos – dos fluxos comerciais à ajuda ao desenvolvimento ou às remessas de emigrantes – mas em finais de 2010 a confiança que a África

tinha na Europa tinha desvanecido significativamente. É perceptível do outro lado do Mediterrâneo uma atmosfera mais negativa. Para muitos observadores, o problema começou nas longas negociações dos APE, que muitos africanos bem informados consideram ser responsáveis pela deterioração das relações entre os dois continentes. No entanto, muitos outros aspectos do contexto global em mutação vieram acelerar a tendência que os APE iniciaram: a crise financeira e económica global dos últimos anos, as potências emergentes como parceiros cada vez mais importantes para a África, as perspectivas de melhoria no próprio continente e o sucesso crescente – reconhecido pelo exterior – do continente em lidar com os seus próprios problemas (apesar da persistência de outros). Estes factores ajudaram a que a África acredite mais nas suas próprias capacidades para avançar sozinha e criaram a consciência de que os laços estreitos com a Europa não são, afinal, uma condição vital.

A dificuldade da Europa em manter relações estreitas com os ACP e com África explica-se, em parte, por problemas internos: o processo prolongado de renovação das estruturas institucionais da UE, as suas dificuldades reais com a crise financeira, a incerteza crescente de muitos cidadãos comuns quanto ao futuro da UE e as mudanças de governo em vários países. Os Estados-Membros que aderiram à União em 2004 e 2007 têm menos interesse em África do que os membros mais antigos. Em resumo, a Europa está a entrar num período de austeridade, com muitas das suas antigas certezas a serem postas em causa e com menos tempo e recursos para ser um parceiro sólido dos ACP e de África. Estas mudanças no plano global podem levar a UE a repensar a natureza da sua cooperação com parceiros do desenvolvimento, no sentido de uma abordagem mais honesta e realista, tal como analisado nas secções 2

Outubro 8º Encontro Ásia-Europa, Bruxelas (4-5 out.) Livro Verde da CE sobre o futuro do apoio orçamental da EU (10 out.)	Novembro Livro Verde da UE sobre a política de desenvolvimento ao serviço do crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável Comunicação da CE sobre a Estratégia Conjunta África-UE (10 nov.) Reunião do G20, Seul (11-12 nov.) 15ª Reunião Ministerial África-UE, Lilongwe (19 nov.) 3ª Cimeira África-UE, Tripoli (29-30 nov.)	Dezembro COP 16 (Conferência das NU sobre alterações climáticas), Cancún (29 nov. - 10 dez.) Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, Kinshasa (2-5 dez.) Jornadas Europeias do Desenvolvimento, Bruxelas (6-7 dez.)	Janeiro Fim da consulta sobre o Livro Verde da UE sobre política de desenvolvimento (17 jan.) Comunicação da CE sobre matérias primas 16ª Sessão ordinária da Assembleia da UA (30-31 jan.) Referendo no Sul do Sudão (9 jan.) Eleições na Nigéria (22 jan.)  Presidência húngara
2010			2011

(relativamente aos ACP) e 6 (quanto à África no contexto da Estratégia Conjunta África-UE).

A procura de uma agenda de desenvolvimento pós-ODM

A terceira oportunidade está ligada à procura, em curso, de uma nova agenda internacional do desenvolvimento que vá para além dos debates tradicionais sobre a ajuda (centrados na erradicação da pobreza, no fornecimento da ajuda, na agenda da eficácia da ajuda de Paris e Acra) e que integre a agenda global de cooperação internacional (centrada em questões como as alterações climáticas, a segurança, o comércio e as migrações).

O ano de 2011 representa uma ocasião concreta para “modernizar” a cooperação europeia para o desenvolvimento. Uma série de processos de consulta, com base nos “Livros Verdes” elaborados pela Comissão Europeia em finais de 2010, deverão proporcionar a abertura necessária para a renovação das políticas. Para tirar partido destas oportunidades, é importante que a nova política de acção externa da UE responda seriamente e concilie alguns dos difíceis interfaces entre o desenvolvimento e outros sectores, como as alterações climáticas, a energia, o crescimento e o comércio. Em cada uma destas áreas, a UE deve ser franca e honesta sobre o que pode ou não fazer, procurando ao mesmo tempo dar resposta às preocupações dos ACP. Não se trata apenas de actualizar e modernizar a política de desenvolvimento da UE, mas sim de quebrar barreiras entre o desenvolvimento e outras políticas sectoriais, maximizando a utilização dos fundos disponíveis e procurando simultaneamente que os objectivos de desenvolvimento sejam cumpridos. Também da parte dos ACP terá naturalmente que haver mudanças, já que é importante reconhecer que o financiamento da UE não é ilimitado e

que, embora os contribuintes europeus aprovevem geralmente a ajuda ao desenvolvimento, também querem garantias da boa aplicação dos fundos. Em fase de austeridade interna na UE, será menor a tolerância para os custos da ajuda externa. Para uma análise mais detalhada, consulte a secção 3 (sobre a evolução da agenda de desenvolvimento), 5 (sobre a modernização da cooperação europeia para o desenvolvimento) e 7 (sobre o futuro dos acordos de parceria económica).

II. Um contexto global em mutação

A crise financeira e económica global

Os efeitos da crise financeira e económica global de 2008 e 2009 continuam a afectar profundamente a economia internacional. Muitos analistas prevêem que possam existir mais problemas, particularmente para a Europa. As consequências da crise continuarão, certamente, a ser sentidas por muitos anos. Vários países da zona euro continuaram, em 2010, a enfrentar problemas económicos. A Grécia e a Irlanda precisaram de um pacote de salvamento conjunto da UE e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que constituiu o primeiro teste sério à moeda única europeia. Alguns governos europeus estão a tomar acções preventivas drásticas para reduzir a despesa pública e resolver os problemas crescentes que resultam do envelhecimento da população e de recursos financeiros inadequados para garantir o sistema de pensões. É o próprio modelo europeu de Estado-providência que está sob ataque em todo o continente. Enquanto grassa o debate económico entre Keynesianos (a favor de

pacotes de estímulo) e anti-Keynesianos (a favor de medidas drásticas de ajustamento fiscal), os decisores políticos têm de encontrar uma via através das ideologias económicas dominantes e improvisar para acalmar os mercados e as suas forças potencialmente desestabilizadoras.

Em África, as comunidades mais pobres têm sido seriamente afectadas pelos aumentos de preços a nível mundial, especialmente do combustível e de produtos alimentares. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) chamou a atenção⁵ para o facto de os preços de produtos alimentares estarem novamente a aproximar-se do pico registado em 2008. O desemprego crescente na Europa levou muitos imigrantes a perderem os seus empregos, originando um decréscimo no valor das remessas para África. A estagnação dos níveis de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) da Europa começa igualmente a sentir-se. A África parece, contudo, ter resistido razoavelmente bem à crise ou pelo menos as economias nacionais não parecem ter sofrido particularmente. Apesar de as taxas de crescimento terem descido dos níveis elevados (5-6%) registados antes da crise, não houve um colapso total e os analistas esperam mesmo que as taxas de crescimento africanas sejam, em média, de cerca 4% para 2010-2011. Verificaram-se, porém, variações regionais, com um pior desempenho da África Austral e melhores resultados na África Oriental e do Norte. Importa referir que, nos países onde as taxas de crescimento se mantiveram, foram frequentemente acompanhadas por desigualdades internas crescentes. Ainda assim, economistas e certos círculos comerciais⁶ acham que o continente africano, juntamente com outras regiões em desenvolvimento, está a imprimir um grau de dinamismo que contribuirá para a recuperação económica a nível global. A crise financeira e económica de 2008

Fevereiro Documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre a análise do desempenho do FED Roteiro da CE para um sistema de energia de baixas emissões até 2050 Proposta da CE de um Regulamento para a aplicação do esquema de SPG a partir de 1 de Janeiro de 2014 Conselho Europeu (4 fev.) Eleições em Cabo Verde	Março Comunicação da CE sobre migração e desenvolvimento Comunicação da CE sobre uma estratégia conjunta UE-Caraíbas Eleições no Benim	Abril Reunião Ministerial UA-UE, Bruxelas Cimeira dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), China Cimeira UE-Japão Eleições no Djibouti	Maio Apresentação da CE das suas propostas para o próximo quadro financeiro plurianual Conselho Ministerial ACP-UE Conselho das Relações Externas da UE sobre desenvolvimento 4ª Conferência das NU sobre PMD, Turquia (30 maio-3 jun.) Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, Budapeste (16-18 maio)
2011			

acrescenta, pois, uma outra dimensão ao debate internacional, tendo revelado a relativa fragilidade das economias industrializadas e demonstrado que alguns países em desenvolvimento começam a emergir como motores reais do crescimento global. Por isso mesmo, é necessário que no futuro se abordem conjuntamente e de maneira diferente vários desafios globais como a erradicação da pobreza, a segurança e as alterações climáticas. Estes afectam-nos a todos, nações ricas e pobres, economias industrializadas e as baseadas na agricultura, estados frágeis e potências emergentes.

Parcerias preferidas no contexto global em mutação

A África está cada vez mais confiante e, passo a passo, está a construir instituições regionais e pan-africanas que podem fornecer uma plataforma mais sólida para uma efectiva projecção do continente. Isto coloca inevitavelmente um desafio para o Grupo ACP, que teve origem num desejo das Caraíbas e do Pacífico de fazerem parte de um grupo mais alargado e com maior peso para as negociações com a Europa. Porém, à medida que as nações africanas enfatizaram cada vez mais as suas próprias estruturas continentais, a estrutura alargada dos ACP tem recebido menor atenção. Esta situação é agravada por outros problemas no Grupo, como os efeitos das divergências resultantes das negociações dos APE. Para continuar a ser relevante, o Grupo ACP precisa de uma reorientação. É vital que o trabalho do Comité sobre o Futuro dos ACP resulte numa definição clara dos princípios centrais e do valor acrescentado do grupo e que encontre uma razão de ser (para além da Europa) para alcançar as metas do Acordo de Georgetown. Caberá, em particular, à parte africana definir o futuro do Grupo. As nações das Caraíbas e do Pacífico – pouco numerosas, estados mais pequenos, mais distantes da Europa

e com realidades geopolíticas regionais únicas – não poderão orientar todos os países ACP numa nova direcção. Desde o início que coube aos membros africanos do Grupo ACP desenvolverem uma relação mais substancial com a Europa e é à volta essencialmente dessa realidade que o Grupo foi construído. Cabe aos africanos decidirem que via querem seguir e se as estruturas duais dos ACP e da União Africana (UA) têm ambas mais-valias e são complementares, ou se, pelo contrário, deverão escolher entre as duas.

Se a UE e os ACP querem manter este relacionamento especial, ambos se devem assegurar de que há benefícios mútuos. A UE começa a ser mais explícita⁷ na manifestação dos próprios interesses e na promoção da sua influência através de várias “parcerias estratégicas” que está a desenvolver e a rever com grupos continentais e potências emergentes fora do Grupo ACP. A linguagem da parceria com os ACP e com África é, porém, muito diferente, estando centrada nos valores fundamentais da UE e enfatizando a natureza duradoura da aliança. No entanto, para representantes dos ACP os interesses da UE estão frequentemente longe desta retórica oficial, o que torna difícil um debate franco. Se a UE colocou os seus interesses na mesa relativamente aos APE, não deverá fazer o mesmo noutras questões? Mesmo que tal suscite ressentimentos, permite que o debate exprima interesses claramente identificados de ambas as partes. Nesse caso, a UE deve reconhecer também as incoerências da sua posição. Isto é o que uma verdadeira parceria necessita.

III. A Evolução da Agenda de Desenvolvimento

Na Cimeira do Milénio das Nações Unidas (NU), há uma década, a comunidade internacional acordou que a erradicação da pobreza deveria estar no cerne da cooperação internacional para o desenvolvimento. Os ODM foram concebidos para traduzir este acordo global em acções. Desde então, servem de orientação a um notável esforço concertado a nível global e que continuará ao longo da próxima década, apesar do reconhecimento de que será difícil atingir os objectivos até 2015. A Conferência de análise sobre os ODM, realizada na Assembleia Geral das NU em Setembro de 2010, reconheceu um desempenho desigual. Mesmo assim, os líderes mundiais reiteraram a importância dos objectivos e salientaram a necessidade de fazer mais para os atingir. Apesar de insuficientes em si mesmos, os ODM continuam a ser importantes, tendo levado a grandes avanços em muitos locais. Contudo, o desempenho varia consideravelmente, tanto internamente como entre países, e o enfoque em indicadores por país esconde grandes disparidades no seio dos países.⁸ Existe igualmente um grande número de pobres nas economias emergentes e em países de rendimento médio.

Os doadores aceitaram a mensagem do Milénio relativa à importância de “mais e melhor ajuda”. Os níveis de APD aumentaram, as agendas de eficácia da ajuda de Paris e Acra têm sido atentamente monitoradas, e há um renovado interesse em abordagens ao desenvolvimento baseadas nas necessidades. Há também um maior reconhecimento da incapacidade da cooperação para o desenvolvimento dar por si só os resultados esperados. A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) é agora encarada como uma necessidade, embora o sistema não esteja ainda a pôr efectivamente em prática esta lógica.

Junho Cimeira do G8, França Cimeira do G20, França	Julho Proposta de legislação da CE sobre a Política Agrícola Comum pós-2013  Presidência polaca	Agosto	Setembro Comunicação da CE sobre Comércio e Desenvolvimento Relatório sobre a implementação do Programa de Trabalho da CPD 2010-2013
2011			

CAIXA 1. DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE O SEAE E A DG EUROPEAid, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO (DEVCO) EM 2011

A Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, dirige o SEAE, o serviço diplomático responsável pela realização na prática de uma política externa consistente e eficaz. Em consonância com o propósito de juntar numa mesma estrutura todas as unidades para a acção externa da UE, em Janeiro de 2011, as unidades geográficas relativas a todos os países terceiros foram transferidas da Comissão, das suas Direcções Gerais das Relações Externas, Alargamento e Desenvolvimento, para o SEAE. O SEAE será responsável pela programação do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD), para além de outros instrumentos. A Direcção de Relações Externas deixará de existir, já que as suas funções serão assumidas pelo SEAE. O SEAE será composto por funcionários da Comissão Europeia, do Secretariado do Conselho e do corpo diplomático dos Estados-Membros.

Anteriormente ao Tratado de Lisboa, o Comissário para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs, era responsável apenas pelos países ACP. Agora é responsável pela formulação da política europeia de desenvolvimento para todos os países em desenvolvimento, se bem que o pessoal responsável pelas áreas geográficas esteja no SEAE. Apesar de caber ao SEAE a programação do ICD e do FED, esta mantém-se sob a responsabilidade do Comissário para o Desenvolvimento, o que se espera lhe permitirá assegurar que os objectivos de desenvolvimento são tidos em devida consideração. A Alta Representante e o Comissário para o Desenvolvimento deverão, em conjunto, apresentar as propostas de programação para o FED e o ICD ao Colégio de Comissários. Os programas temáticos, por exemplo sobre a segurança alimentar ou a migração, permanecem sob a responsabilidade exclusiva da Direcção Geral para o Desenvolvimento¹. O Comissário para o Desenvolvimento é agora também responsável pelo que era anteriormente o Serviço de Cooperação EuropeAid (AIDCO), que se juntou à Direcção Geral para o Desenvolvimento, passando a ser denominada DEVCO.

Em 2011 serão mais notórias as mudanças em curso na ajuda ao desenvolvimento. Em primeiro lugar, é evidente que a Europa não cumprirá os níveis de APD a que se comprometeu no âmbito do Consenso de Monterrey, dada a crise económica e as suas implicações para a economia europeia. A Comissão Europeia fará a próxima análise dos níveis europeus de APD em Abril de 2011, mas a análise efectuada em 2010 permite uma leitura séria. Apesar do ligeiro aumento de 0.40% para 0.42% no rácio APD/RNB, a ausência de crescimento significou que, em termos absolutos, o montante da APD foi inferior em cerca de Euro 49 mil milhões.⁹ Vários Estados-Membros da UE – incluindo alguns que têm sido importantes doadores, como a Alemanha, a Holanda e a Irlanda – reduziram os montantes afectados à ajuda, enquanto outros, como o Reino Unido, conseguiram continuar a aumentar os valores da ajuda. Vários governos estão a alterar a natureza da sua APD, indicando a intenção de utilizar mais empréstimos, além de subsídios, apesar dos riscos de

aumentarem novamente os níveis da dívida. É também provável uma maior elasticidade sobre o que constitui APD, com os governos a procurarem usar as dotações de APD para cobrir uma variedade cada vez maior de despesas, como o custo de receberem refugiados, as despesas na reforma do sector de segurança ou a concessão de bolsas de estudo. Os doadores estão, igualmente, a enfatizar o papel do sector privado, como é evidente, por exemplo, nas prioridades dos governos de coligação no Reino Unido, Holanda e Alemanha. Embora o desenvolvimento diga respeito às necessidades básicas, aos serviços sociais e à abordagem da pobreza, tem também de estar ligado com o crescimento e a criação de emprego. Os mercados e o investimento privado têm um papel a desempenhar, bem como a promoção da integração regional e do comércio. A cooperação para o desenvolvimento deve aproveitar e incentivar tais processos, usando a ajuda em conjugação com empréstimos como catalisador.

O debate sobre eficácia da ajuda está em declínio, mas a questão permanece actual, particularmente num contexto de estagnação dos recursos da ajuda. As abordagens dos doadores à agenda da Declaração de Paris têm sido, por vezes, bastante tecnocráticas. O Fórum de Alto-Nível de Acra, em 2008, pressionou fortemente para uma maior apropriação – enquanto questão essencialmente política – mas os doadores continuaram a encará-la como uma questão técnica de melhoria da utilização da ajuda. Apesar de esta melhoria continuar a ser necessária, está na altura de começar a pensar em termos de eficácia do desenvolvimento – e não apenas de eficácia da ajuda. Será necessária uma abordagem mais abrangente, expressa em termos do resultado de desenvolvimento a alcançar e não apenas na melhor técnica de concessão da ajuda. A “eficácia” tornou-se, em muitos sentidos, um conceito demasiado restrito. Se bem que seja um conceito que ainda apela à comunidade internacional de doadores, um vasto leque de actores quer

Outubro	Relatório final do Inquérito de 2011 sobre a Monitorização da Declaração de Paris	Novembro	Conselho das Relações Externas da UE sobre Desenvolvimento	Dezembro	Encontro de Monterrey, Brasil 7ª Cimeira UE-América Latina, Chile
	Iniciativa da CE para a modernização da política europeia de desenvolvimento		COP 17, África do Sul (28 nov.-09 dez.)		Cimeira da Terra Rio+20 COP 18
	Comunicação da CE sobre o reforço do crescimento e da competitividade em parceria com os negócios		4º Fórum de Alto-nível sobre Eficácia da Ajuda, Busan, Coreia (29 nov.-1 dez.)		
	Reunião do comité ministerial conjunto ACP-UE sobre comércio		Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, Serra Leoa (21-22 nov.)		 <i>Presidência dinamarquesa</i> <i>Presidência cipriota</i>
	Reunião ministerial UA-UE				
2011					2012

aprofundá-lo, estabelecendo uma ligação com agendas globais e com o seu impacto nos resultados do desenvolvimento. Existem ainda, naturalmente, tarefas cruciais para melhorar a prestação de ajuda: reduzir a fragmentação da ajuda, utilizar os sistemas nacionais do país beneficiário, harmonizar e clarificar a divisão de trabalho, entre outras. Partindo destas argumentações, é possível discernir os contornos da nova agenda internacional de desenvolvimento. Esta agenda vai para além dos ODM e das preocupações sobre eficácia da ajuda (embora não os negligenciando), incluindo também desafios globais como as alterações climáticas, a segurança, o comércio e as migrações. Apesar de se reconhecerem já há algum tempo os efeitos destes desafios globais no desenvolvimento, este processo deverá ser aprofundado. Não se trata apenas de interligar políticas sectoriais diversas, mas de passar a modos de actuação em que todos os programas de cada área sectorial sejam concebidos de forma a responderem tanto às respectivas preocupações sectoriais como às de redução da pobreza e desenvolvimento. Isto constitui uma alteração fundamental que, mais do que nunca, irá requerer o alinhamento dos objectivos de desenvolvimento com outros objectivos políticos internos e externos. Para resolver o dilema do desenvolvimento, a CPD deve, pois, ser reconhecida como um imperativo para todos os governos. Um trabalho sólido de CPD requer coligações políticas para além das linhas partidárias, uma vez que é preciso tempo para adaptar políticas e atingir resultados reais. Frequentemente, a duração do mandato de um governo não é suficiente. Uma questão-chave para todos os actores internacionais é, portanto, como assegurar a CPD de forma sustentada. Para isso, é necessário também que os países europeus sejam bastante mais honestos sobre as suas próprias prioridades e motivações nos acordos com os ACP. Um dos problemas da cooperação europeia é que tende a pôr muita ênfase na questão da parceria, mas quando se trata de relações comerciais a UE segue apenas a agenda restrita dos seus interesses próprios e não quer reconhecer estas contradições. Isto levou a uma perda de credibilidade da UE junto dos governos africanos. O cerne de um diálogo mais maduro deverá estar no reconhecimento destes interesses contraditórios e na vontade de os enfrentar e encontrar soluções.

A Assembleia de análise sobre os ODM, em Setembro de 2010, constituiu o lançamento de um debate anual e global

sobre a orientação futura do consenso internacional sobre desenvolvimento. O diálogo continuará pelo menos até ao III Fórum de Alto-Nível sobre Eficácia da Ajuda, a ter lugar em Novembro de 2011 em Busan, na Coreia do Sul. A reunião recente do G-20 em Seul acrescentou uma nova dimensão ao ir para além da preocupação tradicional com a gestão financeira global, abordando igualmente questões de desenvolvimento. O Consenso de Desenvolvimento de Seul para um Crescimento Partilhado, que resultou desta reunião, põe o acento no investimento em infra-estruturas das economias em desenvolvimento, minimizando a importância da ajuda. A questão central é o crescimento e o investimento, distanciando-se do pensamento tradicional sobre ajuda ao desenvolvimento. Esta declaração é tanto mais digna de nota pelo facto de o G-20 ser um novo fórum em que a comunidade tradicional de doadores é contrabalançada por grandes países em desenvolvimento e doadores emergentes. Após 2011, a Conferência das NU Rio+20 será outra oportunidade para actualizar o consenso global sobre desenvolvimento sustentável.

IV. A União Europeia pós-Tratado de Lisboa e as relações com os ACP¹⁰

Com o Tratado de Lisboa, a UE pretende tornar-se um actor mais coerente na cena internacional. Para tal, está lentamente a transformar as instituições europeias, o que tem implicações para os países ACP.

A Comissão Europeia defendeu que o Tratado de Lisboa visa principalmente melhorar a organização interna das relações da UE com países terceiros e não tem implicações directas na parceria com os ACP. Contudo, funcionários dos ACP e da UA não estão convencidos e tendem a encarar o Tratado de Lisboa mais como uma ameaça e um problema, do que uma oportunidade para uma melhor gestão das relações. Apesar das garantias dadas pela UE de que o Tratado de Lisboa fará da Europa um melhor parceiro, o Secretário-Geral dos ACP afirmou, em Maio de 2010, que “o Grupo ACP está preocupado com o impacto do Tratado na parceria de desenvolvimento a longo-prazo com a UE”¹².

Mudança de responsabilidades no seio da UE

A Alta Representante, Catherine Ashton, lidera o SEAE e é responsável pela coordenação da acção externa e pela concepção da política externa europeia (sob orientação do Conselho Europeu). O SEAE faz também a afectação e programação dos fundos geográficos de desenvolvimento, mas a responsabilidade sobre estes recai sobre o Comissário do Desenvolvimento, cuja tarefa é assegurar a salvaguarda dos objectivos de desenvolvimento. No entanto, poderá ser difícil pôr em prática esta responsabilidade, uma vez que o pessoal geográfico está no SEAE. Ashton e o seu serviço definem a agenda global das relações políticas com todos os países terceiros, pelo que o Comissário do Desenvolvimento poderá passar a ter menos possibilidades de influenciar a tomada de decisão relativamente às relações políticas com África e com os ACP. Um dos resultados positivos das novas estruturas poderá ser uma cooperação mais estreita entre as vertentes do desenvolvimento e a da política externa da UE, uma vez que a primeira se centra nas causas das crises e a segunda na gestão de crises a curto-prazo. Se forem bem coordenadas, poder-se-á conseguir uma combinação produtiva das abordagens da política externa e da política de desenvolvimento, o que faria da UE um parceiro mais coerente e previsível para os ACP e para África – desde que o compromisso de erradicação da pobreza, consagrado no Tratado de Lisboa, continue em pé de igualdade com outros objectivos de política externa e que a vontade dos países parceiros seja respeitada num espírito de efectiva colaboração.

O Tratado de Lisboa altera também o papel do Parlamento Europeu (PE) fazendo deste um interveniente mais presente e com mais peso nas decisões sobre a acção externa da UE. As áreas em que o PE pode legislar foram alargadas e incluem agora a segurança energética, agricultura, pescas e migrações, entre outras. No comércio, por exemplo, o Parlamento tem poder co-decisório sobre o futuro do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG). Acordos internacionais têm agora que receber o seu consentimento. O PE fica também com (maior) acesso a documentos confidenciais. Se o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) for integrado no orçamento da UE em 2014, o Parlamento passará igualmente a ter um papel de supervisão democrática das estratégias que dizem respeito aos países ACP,

Tabela 1. Alterações à representação da UE antes e depois do Tratado de Lisboa e soluções provisórias

	SITUAÇÃO ANTES DO TRATADO DE LISBOA	SOLUÇÃO PROVISÓRIA (2010 E PARTE DE 2011)	SITUAÇÃO PREVISTA APÓS O TRATADO DE LISBOA
Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo	Presidência da UE	Presidência da UE ou Presidente do Conselho Europeu e Presidente da CE	Presidente do Conselho Europeu e presidente da CE
Reuniões Ministeriais com os países ACP e UA	Troika da anterior, actual e futura presidência da UE	SEAE*	SEAE (ainda a confirmar) **
Encontros ao nível do país	Presidência da UE (onde não houver embaixada, ou outro Estado membro disponível)	Presidência da União Europeia ou Delegação da UE ***	Delegação da UE (na ausência desta, um Estado membro da UE)
Assembleia Geral das NU	Presidência da UE	Presidência da UE	Delegação da UE na qualidade de observador reforçado****

* Em casos específicos, o Comissário para o Desenvolvimento representou o SEAE a pedido da Alta Representante.

** Há rumores de que as relações com os países ACP e África poderão continuar a ser tidas como parcerias de “desenvolvimento” e serem assim geridas pela DG DEVCO.

*** Várias delegações da UE apontam a falta de recursos humanos para cumprirem a função de representação da União, não sabendo quantos funcionários irão receber com a aplicação do tratado de Lisboa.

**** Não é provável que se volte à questão do estatuto da UE, actualmente de observador, antes de meados de 2011. Na qualidade de observador reforçado, a UE não teria direito de voto, mas teria direito de intervenção, de fazer propostas, apresentar emendas e distribuir documentos.

Tabela 2. Enfoque das visitas de Ashton e Piebalgs a países ACP (de janeiro a novembro de 2010)

	Março	Abril	Maio	Junho	Setembro	Outubro	Novembro
Ashton	Haiti		Quênia Tanzânia Seychelles			África do Sul Maurícias	
	<i>Terramoto</i>		<i>Pirataria</i>			<i>Pirataria</i>	
Piebalgs		Haiti	Etiópia	Etiópia Burkina Faso	Ruanda		Líbia
		<i>Terramoto</i>	<i>Progresso na parceria UA-UE</i> <i>Acordos financeiros</i>	<i>Reunião das Comissões da UA e UE</i> <i>Assinatura do Acordo de Cotonou revisto</i>	<i>Impacto da Ajuda</i> <i>Acordos financeiros</i>		<i>Terceira Cimeira da Parceria África-UE</i>

elegíveis para o FED (desempenhando já este papel para os países do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento - ICD). Parlamentares influentes poderão, assim, tornar-se parceiros chave para os ACP em matéria de sensibilização sobre as propostas políticas que afectam os objectivos do desenvolvimento. Em 2011, quando o SEAE começar

realmente a ser operativo, deverá ficar mais claro como é que Ashton e o Serviço Externo irão trabalhar com actores das outras instituições da UE. Para uma maior coerência nas relações externas, caberá agora aos funcionários desta instituição europeia – e já não à Presidência rotativa da UE – representar a União no exterior. A Tabela 1 apresenta

as disposições da representação da UE, antes e após o Tratado de Lisboa, e as soluções interinas até que o cenário ‘pós-Lisboa’ esteja em pleno funcionamento.

CAIXA 2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA REVISÃO DO ACORDO DE PARCERIA DE COTONOU EM 2010¹⁴

A segunda revisão do Acordo de Cotonou entre a UE e os países ACP foi concluída em Março de 2010. Ambas as partes concordaram com uma revisão “ligeira”, sendo a principal questão a adaptação do acordo a mudanças nas relações ACP-UE e no contexto internacional.¹⁵

Disposições relativas à cooperação económica e comercial: A introdução dos APE – apesar da maioria dos acordos estar ainda em fase de negociação – requer a actualização de algumas disposições do Acordo de Cotonou. As relações comerciais ACP-UE são agora de facto governadas por múltiplos regimes, incluindo os APE, APE provisórios, o SPG (+), e a iniciativa “Tudo Menos Armas”. Isto tem duas implicações. A primeira é que a maioria das disposições relativas ao período preparatório dos APE desapareceu do texto. A segunda é que a versão revista não faz referência aos protocolos relativos às mercadorias de base e declarações afins,¹⁶ sem que nenhum mecanismo novo tenha sido criado para a totalidade das mercadorias de base tal como solicitado pelos países ACP no seu projecto de mandato. Apesar da coexistência de vários mecanismos que regulam actualmente as relações comerciais ACP-UE, o texto de 2010 sublinha apenas a necessidade de as partes “tomarem todas as medidas necessárias para assegurar a conclusão de novos APE compatíveis com a OMC”. Não há nenhuma menção a qualquer outra possibilidade, apesar de estarem a ser aplicados esquemas alternativos (tal como o SPG). Assim, as relações comerciais ACP-UE já não são necessariamente regidas pelo Acordo de Cotonou, se bem que a componente comercial era anteriormente um elemento chave do Acordo.

Assistência financeira da UE aos países ACP após 2013: Pela primeira vez, não existe no Acordo de Cotonou qualquer montante indicativo da ajuda financeira da UE aos países ACP para o período do futuro quadro financeiro plurianual (a partir de 2014). A próxima revisão do Acordo de Cotonou está prevista para 2015, o que significa uma lacuna de dois anos sem compromissos financeiros. No entanto, a assinatura do acordo revisto foi acompanhada de um acordo político com o compromisso de atribuição de recursos após a revisão intercalar do 10º FED, que deverá estar concluída em 2011.

Referências à integração regional: Nos princípios fundamentais (art. 2º) do novo texto do Acordo, as referências à integração regional, incluindo a nível continental, são muito mais importantes do que no texto anterior e incluem uma referência específica ao diálogo político relativo à integração regional e continental. O capítulo sobre cooperação e integração regionais foi reorganizado de modo a ir além da dimensão económica e de livre circulação; agora atribui maior relevo à dimensão política, particularmente no que respeita à paz e segurança¹⁷ e às políticas regionais para a gestão dos desafios transnacionais de desenvolvimento. Para apoiar este domínio mais amplo, a revisão introduz um novo artigo 30 sobre o reforço de capacidades das instituições e organizações de integração regional dos ACP, incluindo da UA. No que respeita à paz e segurança, as organizações regionais dos ACP e a UA deverão ser plenamente envolvidas no diálogo sobre estas questões, enquanto na versão anterior do texto eram “associadas” a este diálogo. O novo texto menciona igualmente o papel fundamental da UA na construção da paz, na prevenção de conflitos e na resposta às ameaças de segurança. A UA é agora especificamente designada como elegível para financiamento do envelope intra-ACP.

Cooperação intra-ACP: As disposições para a cooperação intra-ACP foram significativamente melhoradas

Avançar nas relações com os ACP e com África

No SEAE, a gestão das relações com África, Caraíbas e Pacífico caberá a três departamentos separados; não haverá uma unidade única para os ACP. Isto parece ser mais um indício da “regionalização” das relações ACP-UE, na sequência de estratégias desenvolvidas em separado para (ou com) as três regiões: a Estratégia UE-Pacífico em 2006, a Estratégia Conjunta África-UE em 2007 e a Estratégia Conjunta de Parceria Caraíbas-UE em 2010. No entanto, é pouco provável que se realize no plano institucional a aspiração da UA de que a África seja tratada como um continente uno, já que a Comissão continua a lidar com os países do Norte de África no quadro da Política Europeia de Vizinhança.

Catherine Ashton tem deixado, até agora, as relações com os Estados ACP e com África para o Comissário do Desenvolvimento, Piebalgs. De acordo com vozes internas à instituição, a cooperação para o desenvolvimento não é uma área onde a Alta Representante se sinta à vontade. Ashton terá mesmo evitado avançar com propostas sobre política de desenvolvimento nos Conselhos de Assuntos Externos, esperando antes pelos inputs dos Estados Membros. Alguns interpretam o facto de, no passado, ter decidido não comparecer a reuniões com ministros dos ACP e de África como um sinal de que dá pouca prioridade às relações políticas com estas regiões, favorecendo países como a Índia ou a China. A questão central das suas visitas a África em 2010 foi a pirataria (Tabela 2). No próximo ano, espera-se que mais recursos humanos (e pessoal com competências na área do desenvolvimento e dos ACP) lhe permitam não apenas colaborar com o Comissário do Desenvolvimento, mas também procurar a criação de sinergias entre o desenvolvimento e as relações externas para África, o que constitui uma das principais responsabilidades do SEAE. Se a UE pretende demonstrar que valoriza o relacionamento com África e com os ACP, é importante que Ashton esteja presente em algumas das reuniões na região, que esteja bem informada e que procure formas de resolver ou tratar as questões mais sensíveis. Piebalgs não terá unidades geográficas, pelo que lhe será praticamente impossível conduzir as relações políticas com África e com os ACP. Ashton lutou para que o mandato do SEAE incluísse a afectação e programação dos fundos de desenvolvimento, pelo que terá que assumir a responsabilidade

pelas relações com as regiões em desenvolvimento, que vão para além das preocupações da política externa. As relações com os ACP e África não devem ser deixadas apenas para o Comissário do Desenvolvimento, uma vez que isso não daria o sinal correcto para uma parceria mais política entre iguais, nem contribuiria para proteger ou promover os interesses europeus.

Oportunidades para mudar o relacionamento ACP-UE pós-Tratado de Lisboa

A forma como a UE conduz o diálogo político pode ser revista e alterada no novo quadro institucional europeu, desde que haja vontade para reformular as práticas actuais. No sistema actual, representantes dos ACP consideram frequentemente que a UE usa o diálogo político para discutir a conduta de países ACP, em vez de permitir um diálogo aberto sobre questões políticas de interesse para ambos. O Tratado de Lisboa reforça o papel dos Chefes de Delegação da UE nos países ACP e confere-lhes mais peso político na relação com Bruxelas, na medida em que representam toda a UE e as suas nomeações são aprovadas pelos Estados Membros. Para além disso, o SEAE e as suas delegações estão encarregues de garantir a coerência entre as acções internas e externas da UE, pelo que o diálogo político poderá assim ser alargado de forma a incluir, por exemplo, as questões das migrações e do emprego. O SEAE tem, além disso, um mandato para agir em função das conclusões das suas análises e observações. As delegações passarão a ter pelo menos mais um funcionário dedicado às relações políticas, resultado em parte da decisão de Ashton de que cada Delegação deve acompanhar a situação dos direitos humanos no país.

Tanto a nível mundial como nacional, a aspiração da UE a um papel de maior relevo e importância, que reflecta o seu peso político, pode ter vantagens para os ACP e para África. No entanto, nas Nações Unidas em Setembro de 2010, a diplomacia da UE recebeu um lembrete importante sobre a necessidade de os outros concordarem e acederem a essa aspiração da UE, quando a Comunidade CARICOM, apoiada por muitos Estados africanos, conseguiu fazer passar uma moção para adiar a apreciação do estatuto da UE pela Assembleia Geral das NU. No plano global, os ACP e a UE, África e a Europa, estão longe de realizar o potencial que poderiam atingir em conjunto. Em questões de governação global, por exemplo, grande parte da

cooperação África-UE centra-se nos desafios em África, em vez de abordar como é que a África e a UE poderiam trabalhar em conjunto sobre a reforma das NU, a reforma do Banco Mundial e do FMI, o G-20, ou as alterações climáticas.¹³ África obteve recentemente um lugar no Conselho Executivo do Banco Mundial, mas continua sub-representada. Como é que as duas regiões podem abordar conjuntamente desafios globais?

A incorporação do FED no orçamento europeu¹⁸

Contrariamente aos tratados anteriores, o Tratado de Lisboa não inclui um anexo estipulando que o FED deve estar fora do orçamento da UE. O Comissário Piebalgs referiu, em diversas ocasiões, que é favorável à incorporação do FED no orçamento da UE, tal como o PE. As relações ACP-UE estão, assim, novamente face ao debate sobre as implicações para os ACP da inclusão do FED no orçamento. Se isso se concretizará ou não em 2013 depende, em última análise, da posição dos Estados Membros. A incorporação do FED no orçamento significaria, para alguns países, aumentar a sua contribuição para o orçamento comunitário, mais do que se o FED for mantido. Para os países que mais contribuem presentemente para o orçamento comunitário, significaria uma redução da sua quota, o que não deixa de ser uma perspectiva atractiva para economias descapitalizadas. Os Estados da UE que declararam publicamente a sua oposição a um aumento do orçamento, poderão no entanto opor-se à inclusão do FED, unicamente por uma questão de 'números' e de fazer com que os valores do orçamento pareçam aceitáveis aos olhos da opinião pública.

Na UE pós-Tratado de Lisboa, muitos apoiam a incorporação do FED no orçamento por várias razões. Para alguns, é uma forma de reduzir a influência de poderes coloniais tradicionais sobre os fundos de desenvolvimento. Poderia também ajudar a integrar o apoio aos países ACP no sistema europeu e tornar as contribuições obrigatórias para os novos Estados Membros que não têm tradição de cooperação para o desenvolvimento com os ACP.¹⁹ Outro argumento a favor é facilitar as ligações entre a cooperação financiada pelo FED e a assistência financiada pelo orçamento da UE em regiões onde ambas coexistem. A cooperação com África, por exemplo, é financiada: pelo FED para a África Subsaariana; pelo Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação para a África do Sul; e pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria para

o Norte de África. A Comissão Europeia argumenta que a integração do FED no orçamento iria sobrepor-se a esta divisão e promoveria a coerência no apoio da UE a África como um todo.

Talvez seja útil analisar as mudanças que a incorporação no orçamento traria e de que forma o Tratado de Lisboa altera este debate. A existência do FED como fundo separado tornou possível implementar os tradicionais "princípios de Cotonou", como a gestão conjunta (com o acordo, em todas as decisões, do Ordenador Nacional/Regional e do Chefe de Delegação) e a tomada conjunta de decisões (no Comité ACP-UE de Cooperação para o Financiamento do Desenvolvimento). Garantiu ainda a segurança dos fundos ao longo de todo o período plurianual de cada FED. Estas possibilidades são menos óbvias na cooperação financiada através do orçamento da UE, estritamente controlado pelo Conselho e pelo PE. Provavelmente, serão necessárias disposições especiais para que estes benefícios continuem a ser possíveis. Apesar do PE ser normalmente tido como favorável aos ACP, o seu poder co-decisório poderá sujeitar o FED a acordos e condicionalidades políticas, o que não deixa de ser preocupante sobretudo no actual contexto económico, com os parlamentos a escrutinarem mais rigorosamente os recursos financeiros gastos fora da Europa.

As propostas da Comissão para o próximo quadro financeiro plurianual da UE (pós-2013) serão divulgadas em Maio ou Junho de 2011 e incluirão, provavelmente, a proposta de inclusão do FED no orçamento. Os ACP poderão querer interpelar a UE sobre como e até que ponto é possível circunscrever fundos para os ACP e manter características específicas do FED, tais como a previsibilidade e a segurança dos financiamentos, a gestão conjunta e a programação plurianual. É provável que o debate sobre a integração no orçamento continue por algum tempo, uma vez que a decisão poderá ser deixada para o final das negociações.

Espera-se que a Comissão publique, no início de 2011, um documento de trabalho sobre a análise do desempenho do 10º FED, que alimentará também a discussão do próximo quadro financeiro. Provavelmente, o documento irá também abordar a existência continuada de financiamento para os países ACP e para a organização de actividades pan-africanas, proveniente tanto do FED intergovernamental como do orçamento corrente da UE.

V. A cooperação europeia para o desenvolvimento revisitada

Num contexto de ajustamentos pós-tratado de Lisboa e das suas possíveis implicações para o Grupo ACP, há também mudanças em perspectiva no enfoque da cooperação europeia para o desenvolvimento. Estas mudanças relacionam-se com debates no G-20 sobre o futuro do desenvolvimento e com a preparação do Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda (previsto para novembro/dezembro de 2011).

Em finais de 2010, a Direcção-Geral para o Desenvolvimento publicou um Livro Verde com o objectivo de lançar o debate sobre como a UE pode melhorar o impacto da sua política de desenvolvimento, promovendo um crescimento mais inclusivo e um desenvolvimento sustentável.²⁰ Os resultados desta consulta pública, entre outros elementos, contribuirão para uma comunicação da CE, prevista para Outubro de 2011, sobre a “modernização” da política europeia de desenvolvimento. A Comissão deverá então decidir se irá rever ou não o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento de 2005. Funcionários dos Estados membros no sector do desenvolvimento expressaram preocupação sobre o momento do debate, questionando se 2011 é um momento oportuno para “modernizar a política europeia de desenvolvimento”, numa altura em que os orçamentos de desenvolvimento estão a sofrer cortes, governos europeus estão a rever as prioridades nacionais, o SEAE está a ser criado e a política de desenvolvimento precisa de afirmar o seu lugar nas relações externas da UE em geral.

O Livro Verde abrange uma série de áreas. Os discursos do Comissário Piebalgs²¹ apontam, no entanto, para algumas áreas de especial interesse para a Comissão, particularmente: o apoio a um crescimento mais inclusivo, a ajuda como catalisador para outras formas de financiamento, fundos para um desenvolvimento adaptado ao impacto das alterações climáticas, energias renováveis e resultados duradouros nos sectores da agricultura e da segurança alimentar. Presente ao longo de todo o Livro Verde é a necessidade de apresentar resultados e de demonstrar o impacto da ajuda da UE. Numa alocução ao Conselho de Ministros ACP,²² Piebalgs instou os países ACP a trabalharem juntamente com a Comissão para aumentar o impacto da ajuda, melhorar

a governação e eficácia da ajuda, desenvolver parcerias para o crescimento inclusivo e estratégias conjuntas sobre energias renováveis. Cabe ao Grupo ACP considerar se e como cooperar com a UE nestas áreas.

O interesse da Comissão na “modernização” da cooperação europeia para o desenvolvimento pode ser entendido à luz de vários factores. Em primeiro lugar, o Tratado de Lisboa promove uma maior integração entre as políticas internas e externas da UE. A própria estratégia interna da UE para a próxima década, “Europa 2020”, tem como enfoque principal o crescimento. Mas este interesse tem também que ser visto no actual contexto global de uma União sob pressão financeira. Numa altura em que os orçamentos já são austeros e em que os cortes financeiros poderão agravar-se, a União Europeia tende a sublinhar que a ajuda não é a única resposta. A política europeia de desenvolvimento está sob pressão do PE e dos cidadãos europeus para mostrar que é eficaz e eficiente na utilização do dinheiro dos contribuintes. O presente contexto seria, assim, oportuno para apelar a um maior envolvimento do sector privado e requerer dos países parceiros maior empenho e responsabilização em matéria de governação. Apesar do reconhecimento generalizado de que há vantagens numa cooperação mais estreita com o sector privado, alguns actores do desenvolvimento manifestam a sua preocupação em que essa cooperação se torne demasiado estreita e com vista unicamente à promoção dos interesses de empresas europeias.²³ Na situação actual, o sector do desenvolvimento precisa de reconsiderar as suas reticências em trabalhar com o sector privado. Uma abordagem mais produtiva seria formular critérios para um trabalho conjunto entre governos e actores do sector privado com vista a promover o crescimento sustentável na Europa e nos países ACP, sem que se volte simplesmente a uma ajuda ligada.

Apesar de pretender lançar as bases para um debate sobre a modernização da cooperação europeia para o desenvolvimento, o Livro Verde infelizmente não situa a discussão no contexto mais amplo da Europa e do estado actual do sector do desenvolvimento. Numa era pós-ODM, a cooperação da Europa com outros actores exige um repensar bem mais profundo do que este Livro Verde proporciona.

O Livro Verde não promove uma ruptura com o passado, não faz uma análise da economia política e não questiona em profundidade o modo como a UE gostaria de conduzir a sua política de desenvolvimento no futuro. Repensar profundamente a cooperação europeia ao desenvolvimento exigiria uma análise dos incentivos e estruturas que possam explicar o actual fosso entre a política declarada e a sua implementação. Além disso, a CE não é conhecida pelo seu trabalho com o sector privado. O Livro Verde, ao colocar o trabalho com o sector privado como questão central e enfoque principal da estratégia futura da CE, exigiria uma análise mais refinada e um debate mais profundo sobre os procedimentos e as vantagens comparativas da Comissão em relação aos Estados-Membros e ao Banco Europeu de Investimento. Uma das muitas questões que fica por esclarecer é, por exemplo, como é que a Comissão pretende trabalhar com o sector privado e com outros actores como a sociedade civil para implementar esta nova abordagem. A coerência das políticas para o desenvolvimento é referida no Livro Verde, mas não enquanto enquadramento geral que permitiria aos fundos de desenvolvimento impulsionar e ter influência sobre outras áreas como as alterações climáticas e a energia.

Os países ACP deveriam acompanhar de perto os debates na UE sobre o novo enfoque da cooperação para o desenvolvimento já que terão o poder de influenciar os programas para o quadro financeiro pós-2013.

VI. A Estratégia Conjunta África-UE

A Estratégia Conjunta África-UE, adoptada em 2007, visava criar um novo enquadramento político para a cooperação entre a Europa e África com base no princípio de parceria. Contudo, três anos após a sua adopção, a natureza das relações entre os dois continentes não mudou significativamente. Os princípios a que a Estratégia aspirava tão pouco foram verdadeiramente aceites e postos em prática. Por exemplo, a qualidade do diálogo político entre os parceiros não melhorou, apesar de este ser um dos objectivos centrais do processo da Estratégia. Não obstante alguns progressos registados (nomeadamente uma maior aceitação e apoio por parte da UE do papel da Comissão da UA em matéria de paz e segurança), a maioria dos detentores de interesse considera que o diálogo

poderia ser reforçado e, tal como inicialmente se pretendia, não se limitar unicamente aos problemas da África. Em algumas ocasiões, tornou-se claro que as expectativas que africanos e europeus têm da Estratégia são diferentes. Enquanto os europeus sublinham o diálogo como a principal prioridade, os africanos sugerem que uma estratégia sem financiamento de apoio tem pouco valor.

Várias razões têm sido avançadas para justificar o fraco diálogo no âmbito da Estratégia: (i) a tendência para limitar o diálogo político a reuniões semestrais da troika²⁴ (com agendas sobrecarregadas e pouco tempo para outros assuntos que não sejam de paz e segurança); (ii) a preferência da UE para lidar com questões sensíveis fora do quadro institucional da Estratégia (como por exemplo, o processo dos APE); (iii) dificuldades em elaborar e acordar agendas regionais e continentais por parte do lado africano e, em menor medida do lado europeu; (iv) dificuldades por parte dos actores da área do desenvolvimento na Comissão Europeia em promoverem um diálogo político significativo sobre questões que, não sendo estritamente de desenvolvimento, são geridas por outros sectores da Comissão; e v) o facto de os Estados-Membros em África e na Europa não verem particular interesse em se empenharem e em alinharem as suas políticas nacionais com a Estratégia, e o papel marginal das comunidades económicas regionais. A aplicação efectiva da Estratégia tem sido prejudicada também pela coexistência difícil com outros quadros políticos pré-existentes (como o Acordo de Cotonou), bem como pela rigidez da sua estrutura institucional e de gestão.

Uma perspectiva optimista para a terceira Cimeira África-UE, realizada em novembro de 2010, era que chefes de Estado europeus e africanos demonstrassem que o espírito da Estratégia fora posto à prova e que as relações UE-África tinham entrado numa nova era. No entanto, tanto o processo de preparação da Cimeira como o comunicado final²⁵ demonstraram que pouco mudou de facto no relacionamento entre os dois continentes. Mais uma vez se procurou evitar debater questões fundamentais como os APE e o financiamento da implementação da Estratégia. Apesar da forte posição africana sobre os APE definida em Kigali no início de Dezembro, pouco tempo antes da Cimeira, o comunicado final limitou-se a afirmar que as negociações

estariam concluídas em 2011, sem que fosse feita qualquer referência aos argumentos apresentados pelos africanos. O comunicado tão pouco exprimiu nenhum compromisso firme sobre a questão do financiamento da Estratégia, uma questão que muitos consideram afectar negativamente a sua legitimidade e relevância. Não houve nenhuma decisão no sentido de alinhar a programação da UE e de instrumentos financeiros existentes com a Estratégia, nem foi definido um calendário nesse sentido. Pelo contrário, as conclusões referiram apenas a disponibilidade de fundos existentes e autorizados no valor total de Euro 50 mil milhões.

O diálogo não tomou, pois, em consideração as preocupações das partes envolvidas, mas isso terá que acontecer durante a implementação da segunda fase da Estratégia e do próximo Plano de Acção 2011-2013. Nos círculos oficiais, a primeira fase de implementação constituiu uma base de consolidação – um período de construção institucional para preparar o terreno para o futuro. A próxima fase de implementação do segundo Plano de Acção da Estratégia constituirá um teste para a relação entre os continentes, nomeadamente porque a cooperação da UE é cada vez mais vista no contexto da cooperação de potências emergentes com África, tida como mais tangível e concreta. Para a Europa, a próxima fase será sem dúvida um teste, mas também uma oportunidade para recuperar credibilidade e reforçar a parceria com África. Para a África, será uma oportunidade para articular com clareza as suas reivindicações e desenvolver o diálogo para além da habitual questão do financiamento.

A credibilidade da Estratégia conjunta dependerá em grande medida da capacidade de conciliar, de forma equilibrada, aspirações políticas e a resposta a necessidades mais amplas de desenvolvimento de África. Será decisivo para o futuro da Estratégia que esta segunda fase de implementação vá para além da retórica e entre verdadeiramente numa fase de concretizações. Um diálogo político temático e a alto nível entre a África e a UE, com resultados concretos, como nas áreas da energia (em setembro de 2010) ou da paz e segurança, são um exemplo de como isso é possível.²⁶ Outros espaços de diálogo já criados no âmbito da Estratégia – como a plataforma para o diálogo sobre Governança e Direitos Humanos – constituem também oportunidades inovadoras para lidar com pelo menos alguns dos desafios.

VII. O futuro dos Acordos de Parceria Económica²⁷

Oito anos após o início das negociações entre a Europa e os países ACP, apenas 25 países confirmaram o seu compromisso de avançar com os APE. Entretanto, as negociações para a conclusão de outros APE continuam, mas na melhor das hipóteses muito lentamente, e num contexto de tensão crescente.

Os APE tornaram-se um factor de divisão entre a Europa e os países ACP, assim como entre países africanos. Apesar de visarem o fortalecimento da relação económica entre a Europa e os países ACP, os APE parecem ter tido o efeito contrário. Alguns países ACP têm manifestado indignação pela insistência da UE em pressionar para reformas internas e para compromissos ambiciosos no âmbito destes acordos económicos e de comércio abrangentes.

Embora alguns países em África tenham afirmado a vontade de concluir APE em 2011, o risco de impasse nas negociações continua a ser real. Nenhuma das partes nas negociações apontou para alternativas que permitam avançar relativamente às principais questões controversas. Do lado ACP, nem o Comité Ministerial sobre Comércio, realizado a 20-21 de outubro de 2010 em Bruxelas, nem a reunião de Ministros do Comércio da União Africana, em Kigali a 1-2 de novembro de 2010, articularam uma posição clara ou uma perspectiva de futuro. Decisores políticos dos países ACP e da UA limitaram-se simplesmente nessas reuniões a repetir as suas preocupações de longa data relativamente à extensa lista de disposições para acesso ao mercado propostas pela União Europeia, bem como o que eles consideram ser a falta de apoio adequado ao desenvolvimento.

A Comissão, os ministros do comércio e os ministros do desenvolvimento dos Estados membros da UE, reunidos respectivamente em setembro e outubro de 2010, continuam, por seu lado, a lamentar a falta de entusiasmo de actores de África e do Pacífico por uma agenda mais abrangente para os APE. A UE aceitou com relutância que poderá ter que reduzir as suas ambições se quer ver os APE concluídos. Prometeu, além disso, flexibilidade na resposta às preocupações dos países ACP. Na prática, porém, a UE ainda não apresentou quaisquer concessões específicas ou planos que permitam avanços e sair da

situação de impasse no processo de negociações.

Embora nos APE se deva manter uma abordagem coerente entre todos os países e regiões, é importante reconhecer a diversidade de situações e de interesses. Diferentes opções podem ser seguidas nas várias regiões ou países de acordo com os seus objectivos estratégicos e necessidades específicas de desenvolvimento. No entanto, um dos objectivos gerais do processo dos APE é reforçar a integração regional nos países ACP. O processo dos APE não substitui agendas regionais endógenas, mas os acordos também não devem prejudicar processos de integração regional nos países ACP. Uma preocupação fundamental é, pois, que os APE apoiem e reforcem a integração regional. Para tal, é necessária uma análise objectiva e fundamentada que permita avaliar que tipo de acordo poderá mais eficazmente apoiar o objectivo de integração regional, quando tal seja possível. A UE tem meios para pressionar os países ACP no sentido de concluírem rapidamente APE finais. Por seu lado, os países e regiões ACP têm que avaliar se querem concluir um APE final e, em caso afirmativo, decidir quando e em que condições. Alcançar um acordo vai exigir concessões de ambas as partes.

Finalmente, as partes devem reconhecer que os APE são, antes de mais, um processo político e não uma questão técnica que os negociadores sobre questões comerciais deverão resolver. Cabe aos líderes políticos orientar possíveis soluções técnicas propostas pelos negociadores, especialmente no que respeita a aspectos menos consensuais ou polémicos dos acordos. Os APE têm sido apresentados como instrumentos avançados e abrangentes com grande potencial para interligar comércio e desenvolvimento. Não cumprir este compromisso de desenvolvimento seria um sério revés para a agenda europeia de comércio e desenvolvimento, nomeadamente no contexto da Ronda de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ao mesmo tempo, há que reconhecer que os APE têm tido graves repercussões políticas para as relações entre a UE e os ACP, em particular com África. O processo dos APE é uma questão demasiado séria para ser deixada unicamente ao cuidado dos especialistas em comércio. É fundamental uma visão mais estratégica da relação ACP/África-UE.

VIII. Conclusão

Em 2011, estão previstos poucos grandes eventos oficiais ou datas limites importantes susceptíveis de concentrar as mentes e acelerar compromissos políticos. O ano não será, contudo, desprovido de desafios para as relações UE-ACP. Será também um ano de oportunidades, o que oferece alguma margem de manobra para sair da estagnação e dos recuos que têm marcado o passado recente. A tarefa fundamental é precisamente essa: sair da tendência para 'manter o status quo' e definir um rumo para as relações ACP-UE que leve a um relacionamento mais maduro e honesto e que permita restabelecer a sua credibilidade.

As oportunidades residem na capacidade de construir sobre as bases lançadas em 2010. Tanto na UE como nos países ACP há uma nova liderança que teve entretanto tempo para se consolidar e expor as suas ideias internamente. O SEAE foi criado e começará a funcionar de facto em 2011. O Comissário europeu responsável pelo desenvolvimento, Andris Piebalgs, lançou uma série de processos de consulta que deverão constituir a base de novas políticas a serem elaboradas durante os primeiros meses de 2011. A Terceira Cimeira UE-África, apesar de não ter sido um marco em termos de entendimento mútuo, resultou num segundo plano de acção para a Estratégia, estabelecendo assim uma base para o trabalho conjunto das parcerias temáticas.

Em perspectiva, após 2011, há uma série de eventos importantes e datas limites que é necessário começar a preparar. O principal de entre estes para a União Europeia é o próximo quadro financeiro plurianual para 2014 e anos subsequentes. Esta é sempre uma negociação difícil e prolongada que, num contexto de crise financeira na Europa, irá provavelmente revelar-se ainda mais controversa do que o habitual. Com o SEAE em funcionamento, há que esperar um debate decisivo sobre o financiamento da acção externa da UE, com o novo serviço a apresentar pela primeira vez as suas ideias. Uma das propostas da Comissão será a incorporação do FED no orçamento da UE. Esta proposta abrirá novamente um longo e antigo debate que poderá facilmente durar até dezembro de 2013 já que, tal como no passado, os Estados-Membros da UE dificilmente tomarão uma decisão antes da fase final da discussão do quadro financeiro.

Não é evidente ser optimista sobre as relações ACP-UE num período que se apresenta cada vez mais difícil. 2011 será um ano crucial relativamente à crise financeira na Europa. Os níveis de ajuda irão provavelmente estagnar e o debate

sobre a evolução da agenda internacional de desenvolvimento e a inter-relação entre o desenvolvimento e outros desafios globais como as alterações climáticas irá continuar. Num tal contexto, o Grupo ACP terá dificuldade em convencer a Europa a aumentar o montante do próximo FED ou a aceder a possíveis alterações que o Grupo gostaria de ver realizadas. Os Países ACP e a UE precisam de reflectir seriamente sobre o que é importante para eles no relacionamento e centrar a sua atenção nos aspectos políticos e questões concretas e fundamentais que estão na base das suas prioridades.

As negociações para os APE estão quase paradas, e há poucas probabilidades de progresso num futuro próximo. Contudo, manter esta situação de impasse significa continuar, e provavelmente aprofundar, o impacto negativo que este processo já projecta sobre o relacionamento geral entre a Europa e o Grupo ACP, o que não serve os interesses de nenhuma das partes. Resolver a questão dos APE eliminaria uma das questões mais controversas e ajudaria significativamente a melhorar o relacionamento, criando um ambiente mais positivo e permitindo o debate sobre outras questões. Outra questão que daria um novo impulso ao relacionamento seria obter um acordo sólido de colaboração numa das questões mais difíceis que ambas as partes enfrentam: as alterações climáticas e o dilema de prosseguir o crescimento inclusivo e o desenvolvimento num contexto de constrangimentos mundiais nas emissões de carbono. Uma estreita colaboração sobre estas questões seria uma boa base para construir uma relação mais forte nos próximos anos. Poderia, além disso, contribuir para outro evento importante em 2012: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou "a Cimeira da Terra Rio + 20". Estarão ambas as partes prontas para corresponder aos desafios do nosso tempo e acelerar o processo de adaptação das estratégias, abordagens e instrumentos de cooperação internacional, de forma a transitarem decisivamente para além de uma lógica de ajuda ao desenvolvimento?

NOTAS

- 1 Grupo ACP, 8 de novembro de 2010, Renovação e Transformação: Elementos do Plano Estratégico do Grupo ACP 2011-2014, Bruxelas.
- 2 Declarações de Mohammed Ibn Chambas, Secretário-Geral do Grupo ACP, 8 de novembro de 2010. www.acpsec.org
- 3 Cargill, T. 2010. Our Common Strategic Interests: Africa's Role in the Post-G8 World. Relatório da Chatham House. www.chathamhouse.org.uk
- 4 CNUCED. Relatório sobre Desenvolvimento Económico em África 2010, junho de 2010. www.unctad.org/templates/webflyer.asp?docid=13329&intitemID=1397&lang=1
- 5 FAO. Food Outlook, novembro de 2010. www.fao.org/docrep/013/al969e/al969e00.pdf
- 6 McKinsey Global Institute. 2010. Lions on the Move: The Growth and Potential of African Economies. www.mckinsey.com/mgi/publications
- 7 Ver, por exemplo, a linguagem utilizada nas Conclusões do Conselho Europeu sobre “Relações com os Parceiros Estratégicos”, 16 de setembro de 2010. <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/10/stoo/stooo21-re01.pt10.pdf>
- 8 Provost, C. 2010. MDGs: A List of Progress Reports. www.guardian.co.uk/global-development/2010/sep/20/millennium-development-goals-progress-reports1
- 9 Comissão Europeia. 2010. Financing for Development – Annual Progress Report 2010: Getting back on track to reach the EU 2015 target on ODA spending? Documento de Trabalho (21/04/2010), pp.14-15. http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/SEC_2010_0420_COM_2010_0159_EN.PDF
- 10 Para uma análise mais aprofundada e de contexto sobre o problema, consulte ECDPM. 2010. The Post-Lisbon Landscape: Development at a Crossroads (Briefing Note 18). www.ecdpm.org/bn18
e Koeb, E. 2008. A More Political EU External Action: Implications of the Treaty of Lisbon for the EU's Relations with Developing Countries (ECDPM InBrief 21). www.ecdpm.org/inbrief21
- 11 Com exceção do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos, do Instrumento de Cooperação para a Segurança Nuclear e do Instrumento de Estabilidade.
- 12 Declarações de Mohammed Ibn Chambas, Secretário-Geral do Grupo ACP, 27 de maio de 2010. www.acpsec.org
- 13 Para uma análise das áreas de cooperação entre a UA e a UE, consulte Cargill, T. 2010. “Opportunities and Obstacles for AU-EU Cooperation on Global Governance issues”, em Europe Africa Policy Research Network, Beyond Development Aid – EU Africa Political Dialogue on Global Issues of Common Concern (Lisboa: EARN, 2010), pp. 65-72. <http://europafrica.files.wordpress.com/2009/07/beyond-development-aid.pdf>
- 14 O texto integral do Acordo de Parceria de Cotonou revisto (2010) está disponível em http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/second_revision_cotonou_agreement_20100311.pdf
- 15 Para uma síntese mais completa das alterações, ver BOND e ECDPM. 2010. The EU and Africa: The Policy Context for Development. www.ecdpm.org/eafricapolicy
- 16 Anteriormente abrangidas pelo anexo V e o artigo 36 (4) do Acordo de Cotonou de 2005.
- 17 O artigo 29 (a) refere «a promoção e o desenvolvimento de um diálogo político regional em matéria de prevenção de conflitos direitos humanos democratização». Tal como referido, é reconhecido o papel das organizações regionais que são também especificamente mencionadas no artigo 8 (5).
- 18 Para uma análise das implicações para o Grupo ACP da incorporação do FED no orçamento da UE, ver Mackie, J., Frederiksen, J. e Rossini, C. 2004. Improving ACP-EU Cooperation: Is ‘budgetising’ the EDF the Answer? (ECDPM Discussion Paper 51). www.ecdpm.org/DPS1. Ver também Scott Pottinger, V. 2008. Apresentação durante os debates no Parlamento Europeu sobre a execução do FED. 15 de julho, PE. www.acp-programming.eu
- 19 Numa entrevista ao PE no início de 2010, o Comissário Piebalgs destacou a necessidade de usar a incorporação do FED no orçamento europeu para aumentar a coerência da acção externa da UE. Ver também a Comunicação de 2003 da Comissão ao Parlamento relativa à integração plena da cooperação com os países ACP no orçamento da UE. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0590:FIN:PT:PDF>

- 20 Comissão Europeia. 2010. Livro Verde sobre “A política de desenvolvimento da UE ao serviço do crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável: Melhoria do impacto da cooperação para o desenvolvimento da UE”. COM (2010) 629final.
http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/GREEN_PAPER_COM_2010_629_POLITIQUE_DEVELOPPEMENT_PT.PDF
- 21 Discurso/10/485 de Andris Piebalgs. 2010. Carta aos Estados Membros e ao Parlamento Europeu: “My vision for development policy”. Bruxelas, 27 de setembro.
http://blogs.ec.europa.eu/piebalgs/letter_to_ministers/
- 22 Discurso de Andris Piebalgs.
http://acpsec.org/en/council_Brussels_2010/Piebalgs_speech_CoM.pdf
- 23 Terre des Hommes e Welthungerhilfe. 2010. The Reality of Aid 2010: A critical assessment of German Development Policy. Relatório no. 18.
www.welthungerhilfe.de
- 24 A natureza do diálogo político neste formato não evoluiu consideravelmente. Ver, Andrew Sherriff com Patrícia Magalhães Ferreira, “Between the Summits”, texto publicado por Europe Africa Policy Research Network, Beyond Development Aid – EU Africa Political Dialogue on Global Issues of Common Concern (Lisboa: EARN, 2010), pp 7-30.
- 25 Declaração de Tripoli da III Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UE e África, 29-30 de novembro de 2010.
www.africa-eu-partnership.org/news/tripoli-declaration-after-3rd-africa-eu-summit
- 26 Declaração da primeira reunião de alto nível da parceria África-UE sobre Energia, Viena, 14 de setembro de 2010.
- 27 Esta secção baseia-se essencialmente na análise detalhada de Bilal, S. e Ramdoo, I.. 2010. Which Way Forward in EPA Negotiations? Seeking Political Leadership to Address Bottlenecks. (Discussion Paper 100)
www.ecdpm.org/dp100 e, dos mesmos autores, também em 2010, Options to Address Contentious Issues in EPA Negotiations: A Question of Political Will. (Briefing Note 20).
www.ecdpm.org/bn20

Lista de Acrónimos

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE	Acordo de Parceria Económica
CARICOM	Comunidade e Mercado Comum das Caraíbas
CE	Comissão Europeia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPD	Coerência das Políticas para o Desenvolvimento
DEVCO	Direcção-geral da EuropeAid, desenvolvimento e cooperação
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-20	Grupo dos Vinte
ICD	Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (UE)
NU	Nações Unidas
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMC	Organização Mundial do Comércio
PE	Parlamento Europeu
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SEAE	Serviço Europeu para a Acção Externa
SPG	Sistema de Preferências Generalizadas
UA	União Africana
UE	União Europeia

* Agradecimentos: A equipa desta publicação agradece o apoio de Stéphanie Colin, Nathalie Dahnsdotter e Jonas Heirman pela investigação realizada para este texto, bem como a Jean Bossuyt, Paul Engel, San Bilal, Eleonora Koeb, Isabelle Ramdoo e Andrew Sherriff pelos seus comentários a versões anteriores deste texto. Tradução da versão portuguesa efectuada por Fernanda Faria e Patrícia Magalhães Ferreira.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Publicações e análises do ECDPM sobre a cooperação ACP-UE
www.ecdpm.org

Notícias e fontes sobre a Estratégia Conjunta África-UE
www.europafrica.net

Informação sobre questões comerciais nas relações ACP-UE
www.acp-eu-trade.org

Boletim electrónico semanal de actualidades do ECDPM
www.ecdpm.org/weeklycompass

Assembleia parlamentar paritária ACP-UE
www.europarl.europa.eu/intcoop/acp/10_01/default_en.htm

Secretariado ACP
www.acpsec.org

União Africana
www.africa-union.org

Site oficial da Estratégia Conjunta África-UE
www.africa-eu-partnership.org

Comissão Europeia, DG Desenvolvimento
ec.europa.eu/comm/development/index_en.htm

Comissão Europeia, Serviço de Cooperação EuropeAid
http://ec.europa.eu/europeaid/index_pt.htm

União Europeia - Questões sobre comércio
ec.europa.eu/trade/issues/index_en.htm

Serviço Europeu para a Acção Externa
eeas.europa.eu

Parlamento Europeu, Comissão do Desenvolvimento
www.europarl.europa.eu/committees/deve_home_en.htm

Conselho da União Europeia
www.consilium.europa.eu/cms3_fo/index.htm

Tratado de Lisboa
europa.eu/lisbon_treaty/index_pt.htm

Presidência húngara da UE
<http://www.eutrio.hu>

Impresso em papel certificado pelo FSC®



O ECDPM Insights resume os principais debates sobre as políticas e actividades relacionadas com as várias dimensões da acção externa da UE, com particular enfoque nos países do Sul. Destina-se a responsáveis políticos e técnicos das organizações públicas e privadas com interesse ou envolvidos na gestão de processos sobre políticas. Esta publicação tem o apoio generoso dos patrocinadores do ECDPM: Holanda, Bélgica, Finlândia, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. A versão portuguesa contou com o apoio do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).



HEAD OFFICE
SIÈGE
Onze Lieve Vrouweplein 21
6211 HE Maastricht
The Netherlands Pays Bas
Tel +31 (0)43 350 29 00
Fax +31 (0)43 350 29 02

BRUSSELS OFFICE
BUREAU DE BRUXELLES
Rue Archimède 5
1000 Brussels Bruxelles
Belgium Belgique
Tel +32 (0)2 237 43 10
Fax +32 (0)2 237 43 19

Para mais informações ou para subscrever os nossos boletins electrónicos, consulte: www.ecdpm.org/infocentre

Para solicitar a versão impressa de uma publicação do ECDPM ou o CD-ROM, envie um e-mail a: info@ecdpm.org

